

Greenpeace Brasil

Joaquim Nabuco, 2367
Centro, Manaus – AM
CEP: 69020-031
Tel.: 55 11 4009 – 8000

Cimi

R. Dom Pedro II, 650
Centro, Porto Velho – RO
CEP: 78900-010
Tel.: 55 69 3224 – 6373

Porto Velho, 11 de Julho de 2018,

Ao Dr. Daniel Azevedo Lobo
Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Rondônia

Ao Exmo. Sr. Torquato Jardim
Ministro de Estado da Justiça

Ao Exmo. Sr. Wallace Moreira Bastos
Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)

Ao Sr. Luciano de Meneses Evaristo
Diretor de Proteção Ambiental (Dipro) (Ibama)

Assunto: Extração ilegal de madeira e desmatamento na Terra Indígena Karipuna

Prezados senhores,

Apesar da violência que marcou a ocupação de seus territórios tradicionais, especialmente durante o ciclo da borracha na Amazônia, até a década de 1970, um grupo Karipuna conseguiu manter-se relativamente isolado da sociedade não indígena. Entretanto, pressionados pelo avanço da agropecuária, por volta de 1976, este último grupo isolado do povo Karipuna foi forçado a aceitar o contato com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e mais uma vez sofreu com epidemias e perdas culturais, que os levaram a um declínio populacional ainda mais drástico e perigoso.

Autodenominados como "Ahé", que quer dizer "gente verdadeira", os Karipuna (nome dado pela Funai) fazem parte de um grande grupo de povos (Tupi-Kawahib) que historicamente ocuparam um vasto território no sudoeste da Amazônia brasileira.

Reduzidos de 33 para cinco pessoas após alguns anos do contato, os Karipuna travaram diversas batalhas e continuam lutando até hoje para garantir que as 58 pessoas que atualmente compõem o povo possam ter garantidas as suas integridades

RECEBI EM
17/07/2018


Daniel Azevedo Lobo
Procurador da República

física, cultural e territorial; afastando definitivamente o risco de desaparecimento do próprio povo enfrentado nos anos seguintes ao último contato.

Ainda que o contato tenha ocorrido em 1976, foi só em 1996 que o governo brasileiro reconheceu e demarcou a Terra Indígena Karipuna, reservando ao povo indígena pouco mais de 152 mil hectares. O processo demarcatório desconsiderou a área interditada logo após o contato e reduziu a TI Karipuna em 40 mil hectares, sob a alegação de que esta área seria utilizada para assentar os colonos que já ocupavam irregularmente as terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Mequéns.

Atualmente, em especial a partir de 2016, a TI Karipuna é o alvo principal de um processo criminoso de invasão e extração de recursos naturais em terras públicas ou protegidas no estado de Rondônia. Estas práticas tornaram-se recorrentes devido ao propósito de incorporar áreas protegidas à lógica produtivista da agropecuária nacional.

Desde janeiro de 2018, o Greenpeace Brasil e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) têm articulado esforços no âmbito do projeto Todos os Olhos na Amazônia, no sentido de mensurar e expor a gravidade dos crimes ambientais e das violações contra os direitos originários do povo Karipuna e no seu território.

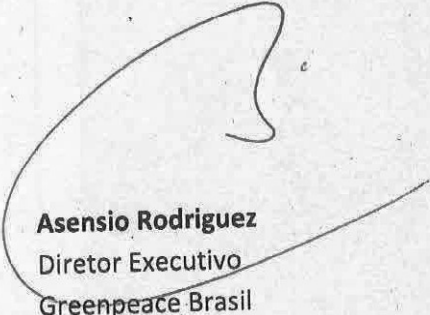
Durante um sobrevoo realizado sobre a TI Karipuna nos dias 3 e 4 de junho de 2018, foi possível confirmar indícios de intensa atividade madeireira dentro do território (Anexos I e IV), além de uma extensa malha de estradas clandestinas (Anexo III), que além de ser utilizada para o roubo de madeira, serve como via de acesso a diversas áreas desmatadas dentro do território Karipuna.

Segundo dados oficiais do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) - que realiza o monitoramento por satélites do desmatamento na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento da região utilizadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas - entre 1988 e 2017 foram desmatados 2.823 hectares de florestas dentro da TI Karipuna. Desses valores, 1.139 hectares, ou 40%, ocorreram entre 2015 e 2017.

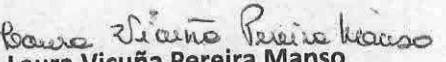
Porém, a degradação florestal por extração de madeira, que exerce relevante pressão em um grande número de terras indígenas na Amazônia, deixou de ser monitorada desde 2013 pelo governo federal. Utilizando a interpretação visual das imagens dos Satélites Landsat 8 (com 30 metros de resolução espacial) e Sentinel (com 10 metros de resolução espacial), analistas do laboratório de geoprocessamento do Greenpeace identificaram 7.640 hectares de degradação no período de 2015 a 2018.

Neste sentido, solicitamos dos órgãos aos quais endereçamos esta carta-denúncia a apuração imediata das informações relatadas e a adoção de medidas cabíveis no sentido de cobrar que o Estado brasileiro cumpra com seu dever de proteger as terras indígenas brasileiras, previsto no Artigo 231 da Constituição Federal.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e colaborações, no sentido de colocar fim aos crimes em curso no território do povo Karipuna. Qualquer informação necessária pode ser solicitada diretamente a Danicley de Aguiar (Greenpeace) e à Laura Vicuña Pereira Manso (Cimi-RO), pelos seguintes contatos, respectivamente: danicley.aguiar@greenpeace.org e cimipvhr@gmail.com.



Asensio Rodriguez
Diretor Executivo
Greenpeace Brasil



Laura Vicuña Pereira Manso
Coordenadora em Rondônia
Conselho Indigenista Missionário

Anexo I

Mapa

Degradação florestal na TI Karipuna, entre setembro de 2015 e maio de 2018